

PROCESSO Nº [•]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº [•]/[•]

**ANEXO Q – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMTO E
DIRETRIZES PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•]/[•]

**CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A CONSTRUÇÃO, REFORMAS, ADEQUAÇÕES, MANUTENÇÃO,
CONSERVAÇÃO, GESTÃO E OPERAÇÃO DO NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO DO GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

**PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [●]
PPP CAMPOS ELÍSEOS – NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO**

SUMÁRIO

PARTE I - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO	3
1. OBJETIVO	3
2. PRINCÍPIOS-CHAVE PARA A ELABORAÇÃO DO PG-DOTSR	3
3. PLANO DE TRABALHO	4
3.1. Revisão de informação	4
3.2. Revisão do quadro regulamentar aplicável e do PD5 no PG-DOTSR:.....	4
3.3. Descrição do Quadro Institucional existente	5
3.4. Identificação da Área de Intervenção	5
3.5. Avaliação de impactos.....	5
3.6. Identificação de Pessoas e Comunidades Afetadas	6
3.7. Definição de formas de Divulgação e Engajamento de Partes Interessadas.....	7
3.8. Definição de critérios de elegibilidade e compensação no PG-DOTSR	9
3.9. Definição de metodologias para avaliação de perdas físicas e econômicas no PG-DOTSR .	10
3.10. Definição do Processo de Implementação do PG- DOTSR	10
3.11. Definição do Processo de revisão PG-DOTSR.....	11
3.12. Definição do Processo de Acompanhamento, Monitoramento, Auditoria e Relatórios do PG- DOTSR.....	12
3.13. Definição do Orçamento para Implementação do PG-DOTSR	12
4. ESTRUTURA DO PG-DOTSR.....	12
5. QUALIFICAÇÕES	15
PARTE II – DIRETRIZES PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS.....	17
1. DIRETRIZES GERAIS.....	17
2. OBJETIVOS DO PEPI	17
3. ELEMENTOS-CHAVE DO PEPI A SEREM OBSERVADOS PELA CONCESSIONÁRIA	18
4. DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PEPI.....	18

PARTE I - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO

1. OBJETIVO

- 1.1. O presente tópico refere-se à preparação do Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR) para intervenção na ÁREA DE CONCESSÃO.
- 1.2. O Plano Geral de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento (PG-DOTSR) é elaborado com base no PLANO DE EXECUÇÃO aprovado pelo PODER CONCEDENTE. Define o escopo os trechos da ÁREA DE CONCESSÃO, e respectivos cronogramas de preparação e implementação, considerando os PROJETOS EXECUTIVOS.
- 1.3. Este plano visa assegurar que os impactos adversos resultantes da deslocação física e econômica decorrentes da implantação da CONCESSÃO (quer seja por desapropriação ou desocupação) sejam adequadamente mitigados e que os meios de subsistência das Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) sejam restaurados (ou melhorados).
- 1.4. Os PG-DOTSR será preparado seguindo os princípios e diretrizes definidos no Marco de Reassentamento desta CONCESSÃO, em linha com a legislação Brasileira aplicável e os requisitos do *Performance Standard 5*¹ (PD5) da *Internacional Finance Corporation* (IFC), relativo à aquisição de terras e reassentamento involuntário. Devem também levar em consideração as diretrizes apresentadas em "*Land Acquisition and Involuntary Resettlement Handbook*" da IFC².

2. PRINCÍPIOS-CHAVE PARA A ELABORAÇÃO DO PG-DOTSR

- 2.1. Priorização dos acordos negociados, evitando a utilização de autoridade governamental para impor a realocação, mesmo que a CONCESSIONÁRIA disponha de meios legais para adquirir terras sem o consentimento do vendedor.

¹ Disponível em < <https://www.ifc.org/en/insights-reports/2012/ifc-performance-standard-5>>

² Disponível em <<https://www.ifc.org/en/insights-reports/2023/handbook-land-acquisition-and-involuntary-resettlement>>

- 2.2. A ausência de direitos legais relativos à terra e/ou benfeitoria não impede que as pessoas deslocadas em posse pacífica sejam compensadas ou se beneficiem de formas alternativas de assistência. Serão elegíveis a diferentes tipos de compensação (i) pessoas afetadas com posse formal de terra e dos bens afetados; (ii) pessoas afetadas que apesar de não terem posse formal tenham direitos reconhecidos (como usucapião); (iii) pessoas afetadas que não tenham posse legal nem direitos reconhecidos ao imóvel que ocupam ou usam, limitada a indenização, nesse caso, às benfeitorias feitas no imóvel.
- 2.3. A compensação por perda de bens é realizada a custo de substituição integral, sem depreciação ou dedução para qualquer fim e incluindo custos de transação.
- 2.4. No caso de atribuição de casa de substituição, é garantida a propriedade, que oferece ao residente proteção contra despejo.
- 2.5. Deslocamentos econômicos (formais e informais) deverão ser compensados por lucro cessante e os respectivos trabalhadores compensados por perdas de salários, garantida a assistência na transição.
- 2.6. Será dada especial atenção às necessidades dos mais pobres, de grupos ou indivíduos desfavorecidos vulneráveis através de assistência à realocação e recuperação (ou melhoria) de modos de vida.
- 2.7. Não serão realizados despejos forçados, salvo se forem feitos de acordo com os requisitos legais e os requisitos do PD5, incluindo medidas descritas na Nota de Orientação 55 do PD5.

3. PLANO DE TRABALHO

3.1. Revisão de informação

Para preparação do PG-DOTSR deverá ser feita uma revisão dos documentos disponíveis relativos à CONCESSÃO, incluindo, mas não se limitando a: CONTRATO, ANEXO A – CADERNO DE INVESTIMENTOS; ANEXO B – CADERNO DE ENCARGOS; e ANEXO D – RELAÇÃO DE TERRENOS; informação atualizada sobre a CONCESSÃO, designadamente áreas a expropriar e desocupar, quer seja permanente ou temporariamente, definidas no projeto básico e cronograma de implantação, definido no PLANO DE EXECUÇÃO aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

3.2. Revisão do quadro regulamentar aplicável e do PD5 no PG-DOTSR:

- A) Revisão e, se necessário, complementação do quadro regulamentar aplicável apresentado no Marco de Reassentamento, identificando aspectos relevantes da legislação brasileira (federal, estadual e municipal), e de Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil que trate sobre posse de terra, engajamento de partes interessadas, direitos das mulheres, direitos de ocupantes informais, despejos, desapropriações e compensações, incluindo procedimentos e elegibilidades de compensação e métodos de avaliação de terras e bens (incluindo culturas agrícolas).
- B) Descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis (incluindo o recurso judicial disponível) eo tempo normal de duração destes processos e ainda eventuais mecanismos de resolução de reclamações disponíveis.
- C) Análise de lacunas relativamente aos requisitos do PD5 e identificação de eventuais complementações do quadro regulamentar, procedimentos legais e administrativos aplicáveis e lacunas relativamente aos requisitos do PD5, tendo em consideração experiências anteriores de compensação e reassentamento realizadas em projetos no ESTADO.

3.3. Descrição do Quadro Institucional existente

No PG-DOTSR:

- A) Descrição das estruturas relevantes de autoridades federais, nacionais e municipais, incluindo os órgãos responsáveis por todos os aspectos da aquisição e do reassentamento de terras, inclusive restrições de acesso a recursos naturais. Incluir lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função em sua implementação.
- B) Avaliar a capacidade de tais órgãos governamentais, ONGs e OSCs para apoiar os processos de reassentamento/aquisição de terras/restauração da vida e definir as medidas propostas para fortalecer a capacidade institucional.

3.4. Identificação da Área de Intervenção

No PG-DOTSR:

- A) Definir a Área de Intervenção preliminar tendo em consideração alterações e detalhamento do projeto em fase de PROJETO EXECUTIVO.

3.5. Avaliação de impactos

Nos PG-DOTSR:

- A) Realizar avaliação de impactos permanentes ou temporários resultantes da aquisição de terras e reassentamento incluindo:
- 3.5.1.restrições ao acesso à terra ou ao uso de recursos naturais; e
 - 3.5.2.desocupações consideradas necessárias para assegurar a segurança operacional para as QUADRAS; e
 - 3.5.3.desocupações temporárias.
- B) Incluir estimativas de PAPs afetadas por deslocamento físico e/ou econômico, para cada uma das QUADRAS.
- C) preparar tabelas de impacto que detalhem potenciais impactos resultantes da aquisição de terras e desocupação de diferentes tipologias de uso da terra e de estruturas, identificando diferentes tipologias de impactos decorrentes de deslocamento físico e/ou econômico, incluindo impactos no acesso a meios de subsistência, avaliando se poderão ser proporcionalmente mais adversos em mulheres e indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis. A abordagem de impactos sobre os meios de subsistência levará em consideração uma análise por domicílio nos casos em que os meios de subsistência destes grupos sejam afetados de forma distinta.
- A) Documentar o processo e os resultados de medidas que tenham evitado ou minimizado o deslocamento físico e/ou econômico, durante o desenho da CONCESSÃO.

3.6. Identificação de Pessoas e Comunidades Afetadas

No PG-DOTSR:

- A) Realizar um mapeamento e caracterização das pessoas e comunidades afetadas por aquisição de terra através de inquéritos no terreno e técnicas de avaliação participativa, para cada EDIFICAÇÃO, com base nos respectivos PROJETOS EXECUTIVOS incluindo:
- *Um censo* para enumerar todas as pessoas afetadas, identificando as PAP e o tipo de deslocamento físico ou econômico, a ser registado num Sistema de Informação Geográfica (SIG). O final da elaboração do censo corresponderá à data de corte para elegibilidade a compensações.
 - *Um inventário* dos bens perdidos e afetados ao nível do agregado familiar, da empresa e da comunidade (incluindo estruturas residenciais e comerciais, formais e informais e culturas agrícolas), a ser associado ao SIG;

- *Inquéritos e estudos socioeconômicos de todas as pessoas afetadas*, assegurando que os dados possam ser desagregados por sexo. O inquérito aos agregados familiares (AF) afetados deverá incluir a identificação do chefe de família e a sua relação com membros do AF e informações sobre todos os membros do AF (ano de nascimento, gênero, ocupação, nível de educação, eventuais fatores de vulnerabilidade, como deficiência física ou mental, doença crônica, refugiado, entre outros) e ainda da principal fonte de rendimento do AF, o rendimento mensal total médio, as principais fontes de despesas e acesso atual a infraestruturas públicas e equipamentos sociais. No caso de empresas permanente ou temporariamente afetadas pela CONCESSÃO, identificar o tipo de atividade e o número de trabalhadores. Os resultados deverão ser associados ao SIG. Deverá ser garantida a confidencialidade destas informações;
- *Estudos socioeconômicos e de meios de subsistência* baseados na informação recolhida no ESIA para caracterização das comunidades, pessoas e bens afetados, incluindo, informações sobre grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis³, padrões de vida, meios de subsistência, posse de terra e sistemas de transferência, uso de recursos naturais, padrões de interação social, cobertura de serviços sociais e infraestrutura pública;
- *Análise de inquéritos e estudos* para estabelecer parâmetros de compensação para conceber iniciativas adequadas de recuperação de rendimentos e de desenvolvimento sustentável que promovam a igualdade entre homens e mulheres, e para identificar indicadores de monitoramento;
- *Consulta* a diversos grupos de pessoas das populações afetadas relativamente a medidas de compensação e oportunidades de desenvolvimento; grupos de discussão com mulheres, indivíduos e grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis.

3.7. Definição de formas de Divulgação e Engajamento de Partes Interessadas

3.7.1. Durante a elaboração do PG-DOTSR, em articulação com a equipe responsável pela elaboração do PEPI da CONCESSÃO, efetuar o mapeamento das partes interessadas e afetadas a serem envolvidas no processo de divulgação e engajamento relativo especificamente à aquisição de terra e reassentamento, tendo como base o mapeamento do Marco de Engajamento da CONCESSÃO, que será atualizado e complementado. Incluir as comunidades anfitriãs se o deslocamento físico exigir um local de reassentamento.

3.7.2. Efetuar ações de divulgação e engajamento das partes interessadas em temáticas relacionadas com o deslocamento físico e econômico, desde a fase inicial de

³ Incluindo pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, sem-terra, idosos, lares administrados por mulheres e crianças, minorias étnicas, refugiados, comunidades que dependem de recursos naturais ou outras pessoas deslocadas que não possam ser protegidas pela legislação de título à terra ou compensação de terra nacional.

preparação do PG-DOTSR, antes da data de corte (a ser amplamente divulgada) e do início dos estudos de base. Estas ações deverão ter continuidade durante o planejamento do reassentamento, por meio do processo de engajamento das partes interessadas descrito no Marco de Engajamento de Partes Interessadas da CONCESSÃO. O engajamento deverá ser realizado através de reuniões públicas e pequenos fóruns em cada um dos municípios e/ou bairros afetados, incluindo com grupos focais específicos, principalmente com pessoas/grupos desfavorecidos e/ou vulneráveis. Os processos de tomada de decisão relacionados ao reassentamento e a recuperação dos meios de subsistência deverão incluir sempre que possível opções e alternativas, a serem discutidas durante estas reuniões.

3.7.3.O processo de consulta irá assegurar que as perspectivas das mulheres e grupos vulneráveis sejam identificadas e que seus interesses sejam levados em conta em todos os aspectos do planejamento e da execução do reassentamento

3.7.4.Desde a fase inicial de planejamento da desapropriação, desocupação e reassentamento deverá estar disponível um Mecanismo de Reclamações, a ser amplamente divulgado, de forma clara e acessível, entre as pessoas interessadas e afetadas por impacto relacionados com aquisição de terras e reassentamento, no âmbito das ações de divulgação e consulta. Deve ser claramente descrito este mecanismo, que deve dar especial atenção às mulheres e às pessoas e grupos vulneráveis para garantir que tenham igual acesso aos procedimentos de reparação de queixas. O processo deve ser adequado para receber queixas sobre incidentes de exploração e abuso sexual durante o reassentamento, através de um procedimento específico baseado nos princípios de confidencialidade, centralidade no sobrevivente e segurança.

3.7.5.O PG-DOTSR irá descrever o processo realizado de consulta informada e participação com as partes afetadas com relação às alternativas de compensação e o nível de sua participação no processo de tomada de decisões durante o planejamento e execução do reassentamento, incluindo o envolvimento de famílias afetadas, autoridades locais e/ou nacionais, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas identificadas. Tal descrição incluirá, no mínimo, uma lista das principais partes interessadas identificadas, o processo seguido (reuniões, grupos focais etc.), problemas levantados, respostas fornecidas, reclamações significativas (se houver) e o plano de engajamento contínuo. Deverá também incluir uma análise de reclamações recebidas relacionadas com aquisição de terras e reassentamento, incluindo tipologia e resolução.

3.7.6.A equipe responsável pela elaboração do PG-DOTSR deverá estar devidamente articulada com a equipe responsável pela preparação do PEPI da CONCESSÃO, para garantir uma clara definição de responsabilidades na comunicação e engajamento especificamente sobre esta temática.

3.8. Definição de critérios de elegibilidade e compensação no PG-DOTSR

A) Deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- *Rever e complementar os critérios para determinar a elegibilidade para a reassentamento dos agregados familiares afetados:* os critérios de elegibilidade devem ser vantajosos para as mulheres e outros grupos vulneráveis, incluindo os que não têm título legal de propriedade ou direitos reconhecidos. Os critérios de elegibilidade serão divulgados às comunidades afetadas e a outras partes interessadas da CONCESSÃO no âmbito do processo de disseminação de informação e engajamento.
- *Rever e complementar a matriz de direitos constante do Marco de Reassentamento, que enumere todos os impactos prováveis e identifique o seguinte:*
 - Todas as categorias de pessoas afetadas
 - Todos os tipos de perdas físicas e/ou econômicas associados a cada categoria
 - Todos os tipos de compensação, subsídios e assistência a que cada categoria tem direito

No mínimo, as seguintes tipologias de pessoas afetadas deverão ser consideradas no âmbito da CONCESSÃO:

- proprietário de terrenos urbanos ou rurais;
- ocupante com título formal de propriedade;
- ocupante sem posse legal, mas com direitos de uso reconhecidos pela legislação (comousucapião);
- ocupante de residência com contrato de arrendamento;
- ocupante de residência sem posse legal, nem direitos de uso reconhecidos pela legislação (posseiro/ocupante);
- ocupante irregular com residência na faixa operacional em áreas urbanas ou rurais;
- ocupante irregular com atividade comercial ou de subsistência na faixa operacional em áreas urbanas ou rurais;
- proprietários de empresas;
- locatários comerciais;
- funcionários de empresas ou de atividade comercial afetada
- indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis afetados por deslocamento físico e/ou econômico;
- se relevante, incluir comunidades hospedeiras.

3.9. Definição de metodologias para avaliação de perdas físicas e econômicas no PG-DOTSR

- A) Preparar fórmulas para avaliação das diferentes tipologias de perdas físicas e econômicas, para definição dos custos totais de substituição dos bens perdidos, incluindo terras, construções, empresas, equipamentos públicos, culturas perenes, culturas anuais, tendo em consideração legislação e normas nacionais e critérios adicionais que permitam colmatar as lacunas identificadas entre a legislação e o PD5.
- B) Estabelecer opções para substituições culturalmente aceitáveis para serviços perdidos, sítios culturais, bens comuns ou acesso a recursos para subsistência, rendimento ou atividades culturais. Definir critérios para avaliação de perdas de lucros em resultado de deslocamento físico de negócios/comércios/prestação de serviços (formais e informais) Definir medidas para a restauração dos meios de subsistência e assegurar que as opções promovem a igualdade de gênero.
- C) Preparar opções de reassentamento e de recuperação de modos de vida. Estas opções basear-se-ão nos parâmetros sociais, econômicos e culturais existentes, tanto das pessoas deslocadas como das comunidades de acolhimento. Incluir compensações por perdas físicas a custo total de substituição, subsídios (por lucro cessante durante a transição e outros que venham a ser determinados), assistências durante a mudança e recuperação e melhoria do modo de vida. Se for caso disso, preparar planos para o reassentamento em casas de substituição, incluindo a seleção dos locais de reassentamento através de metodologias participativas, assegurando sempre a garantia de posse e proteção contra despejo e tendo em consideração entre outros, o acesso a infraestrutura, serviços sociais, transporte e formas alternativas de geração de renda e subsistência, para além de aspectos relacionados com dimensão/planta da casa e materiais de construção. Nos casos em que os rendimentos devem ser restaurados, planejar a avaliação das necessidades, a criação de emprego, a identificação de terras de substituição e outras medidas de restauração dos meios de subsistência. Se as pessoas afetadas tiverem de mudar de profissão, prever mecanismos de treinamento e de apoio profissional. Analisar o impacto ambiental provável do processo de reassentamento e prever planos para atenuar quaisquer efeitos ambientais adversos.
 - a. O reassentamento promovido deverá priorizar a alocação dos reassentados em imóveis localizados dentro da região central do Município de São Paulo, preferencialmente o mais próximo possível da área afetada.

3.10. Definição do Processo de Implementação do PG- DOTSR

- 3.10.1. Planejar o processo de implementação do PG-DOTSR tendo por base os resultados da identificação e caracterização de pessoas, comunidades e uso de recursos naturais afetados e o resultado do engajamento de partes interessadas e afetadas pela CONCESSÃO, e tabela de elegibilidade e direitos. Definir estratégias e métodos de negociação com as partes afetadas, até à assinatura dos Acordos de Compensação.
- 3.10.2. Preparar um calendário e um cronograma de preparação e implementação do PG-DOTSR, mostrando como as pessoas afetadas serão informadas, incluindo no calendário e cronograma datas previstas para compensação, deslocamento dos agregados familiares, restauração dos meios de subsistência, acompanhamento, monitoramento e auditoria de conclusão. De notar que as PAPs apenas abandonarão a terra e bens após o VERIFICADOR INDEPENDENTE confirmar que receberam as compensações a que têm direito.
- 3.10.3. O calendário deverá ser elaborado de forma participativa com as PAPs, tendo em consideração calendários relevantes para as PAPs, como por exemplo o calendário escolar ou datas festivas.
- 3.10.4. Definir procedimentos para o pagamento das compensações e subsídios, para entrega de terra / residência de substituição e demais assistências para recuperação e melhoria das condições de vida (incluindo assistência especial para indivíduos e grupos desfavorecidos ou vulneráveis).
- 3.10.5. Definir procedimentos para controle do estado de implementação de todas as compensações de cada uma das PAP, associado ao SIG.
- 3.10.6. Descrever as disposições institucionais, definindo as funções e responsabilidades das partes, incluindo o governo, os parceiros internos e os consultores. Identificar as organizações ou agências primariamente que darão suporte à implementação do reassentamento, juntamente com a capacidade destas entidades para uma implementação efetiva, por referência a ligações à autoridade, experiência anterior com o reassentamento e número e formação do pessoal.

3.11. **Definição do Processo de revisão PG-DOTSR**

3.11.1. Detalhar um processo que permita avaliar a necessidade de revisão/ajuste do PG-DOTSR em resultado de alterações da CONCESSÃO, tipologia ou magnitude de impactos, reclamações ou ineficiência nas medidas previstas e documentar essas alterações.

3.12. Definição do Processo de Acompanhamento, Monitoramento, Auditoria e Relatórios do PG- DOTSR

- A) Preparar um plano de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando os objetivos e descrevendo o escopo e conteúdo do acompanhamento interno e do monitoramento externo por verificador independente, identificando as responsabilidades, o calendário e indicadores-chave.
- B) Uma vez concluído o processo de implementação, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá realizar uma auditoria final para verificar se o PG-DOTSR foi implementado adequadamente contemplando os objetivos do PD5, em especial se todos os afetados têm acesso a todas as medidas previstas, e se o resultado foi a restauração das benfeitorias, condições de vida e meios de subsistência afetados para uma situação ao menos equivalente ou melhor do que a situação anterior à CONCESSÃO. Medidas complementares serão aplicadas caso necessário.
- C) As pessoas afetadas serão consultadas durante o processo de monitoramento e auditoria final, devendo ser identificados os principais momentos de divulgação e engajamento, durante a implementação.
- D) Especificar o calendário para o controle e a elaboração de relatórios, especificando o conteúdo dos relatórios e identificando quais serão divulgados externamente. Definir o calendário e o processo para a auditoria de conclusão.

3.13. Definição do Orçamento para Implementação do PG-DOTSR

- A) Preparar uma estimativa orçamental anual para cada categoria principal de despesas (desapropriação, reassentamento etc.), incluindo todas as despesas relacionadas com a sua preparação e implementação, abrangendo no mínimo as despesas de divulgação e engajamento, indenizações, subsídios, assistências, gestão de reclamações,, acompanhamento, monitoramento e auditoria, entre outros.

4. ESTRUTURA DO PG-DOTSR

- 1. *Sumário Executivo* - fornece aos leitores uma compreensão das principais questões associadas ao PG-DOTSR: tipos de impactos, perfil da população afetada, identificação da magnitude de deslocamento físico e/ou econômico e descrição das medidas para mitigar

os impactos resultantes do deslocamento físico e/ou econômico, visão geral do envolvimento das partes interessadas e do processo de reclamação, funções e responsabilidades, cronograma e estimativa orçamental da implementação do PG-DOTSR;

2. *Glossário* - Fornece uma descrição dos principais termos usados no PG-DOTSR;
3. *Introdução* – Inclui a identificação e descrição da CONCESSÃO (incluindo a pegada, cronograma de construção, intervenientes), sumário dos impactos do deslocamento físico e econômico e identificação do escopo do PG-DOTSR;
4. *Impactos da CONCESSÃO* – Descreve todos os impactos relacionados com a aquisição de terras, reassentamento, deslocamentos físicos e econômicos, restrições de acesso a recursos naturais, outros tipos de deslocamentos económicos e descreve todas as alternativas e esforços realizados para evitar ou minimizar os impactos adversos;
5. *Objetivos e processos* – Identifica os objetivos da implementação do PG-DOTSR e uma visão geral de como será implementado;
6. *Estrutura regulatória* – Inclui sumário das disposições legais relevantes e descrição dos procedimentos legais e administrativos aplicáveis. Detalha as lacunas relativas aos requisitos do PD2 e o mecanismo e medidas para colmatar as lacunas;
7. *Estrutura institucional* – Descreve as estruturas relevantes de órgãos governamentais, lideranças comunitárias, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil (OSCs) que podem ter uma função na implementação do PG-DOTSR, avalia a sua capacidade e propõe medidas para fortalecer a capacidade institucional;
8. *Estudos de base* - Fornece uma visão geral das constatações dos estudos socioeconômicos realizados, incluindo resultados de pesquisas domiciliares e de censo, informações sobre grupos vulneráveis, informações sobre meios de subsistência e padrões de vida, sistemas de posse e transferência de terras, uso de recursos naturais, padrões de interação social, serviços sociais e infraestrutura pública;
9. *Metodologias de Avaliação e Compensação* – Descreve as metodologias para avaliação de bens para determinação do custo total de substituição e descrição dos tipos e níveis propostos de compensação de perdas físicas e económicas;
10. *Elegibilidade e Direitos* – Define os critérios para determinar a elegibilidade a compensações, subsídios e outras assistências (incluindo a data de corte), descreve todas as categorias de Pessoas Afetadas pelo Projeto (PAPs) e identifica os direitos de cada uma das categorias às compensações, subsídios e outras assistências oferecidas, incluindo especificidades de género, grupos/indivíduos vulneráveis;
11. *Métodos de avaliação de terras e bens afetados* - Descreve as metodologias que serão utilizadas para avaliação da terra em diferentes áreas afetadas e de avaliação de diferentes tipologias de benfeitorias, árvores e culturas, entre outros bens afetados;

12. *Seleção de Local para Reassentamento* (se aplicável) – Definir processo e critérios para seleção de área hospedeira;
13. *Planejamento de Desapropriação, Ocupação Temporária, Servidão e Reassentamento* – Descreve diretrizes para o processo de implementação, incluindo o censo socioeconômico, processo de negociação, preparação das áreas hospedeiras e casas de substituição (se aplicável), assistência no realojamento e mudança, entrega de compensações.
14. *Planejamento da Restauração e Melhoria de Condições de Vida* – Descreve as estratégias e medidas a utilizar para recuperação e melhoria das condições de vida, tendo em consideração a tabela de elegibilidade e direitos;
15. *Engajamento de Partes Interessadas* – Define as partes interessadas relevantes (incluindo grupos vulneráveis) e estabelece estratégias, metodologias e planejamento de consulta e engajamento relacionado com desapropriação, ocupação temporária, servidão e reassentamento;
16. *Mecanismo de Reclamações* – Define canais de entrada de reclamações e processo de registo, encaminhamento, resolução e resposta, articulado com o Mecanismo de Reclamações da Concessionária;
17. *Revisão e atualização do PG-DOTSR* – Descreve o processo de revisão e respetiva aprovação
18. *Acompanhamento, monitoramento e auditoria* – Descreve o processo de acompanhamento, monitoramento e auditoria, identificando calendário, responsabilidades e indicadores-chave
19. *Orçamento* – Descreve estimativa orçamental de todos os custos relacionados com a preparação e sua implementação, incluindo custos de compensação, subsídios, assistências às PAPs, remunerações e outros custos (transporte, acomodação etc.) das equipas responsáveis pela preparação e implementação, contingências.
20. *Matriz de elegibilidade para PAPs de reassentamentos passados* - Estabelece uma matriz de elegibilidade e direitos a benefícios para PAPs de aquisições de terra e reassentamentos passados, que tenham apresentado através do Mecanismo de Queixas e Reclamações, (MQR) uma reclamação sobre impactos residuais resultantes de aquisição de terra/reassentamento passado associado aos TERRRENOS GRUPO A, que tenham resultado em atual deterioração das condições de vida ou redução dos seus meios de subsistência. A elegibilidade deve ter em consideração a compensação atribuída pela aquisição de terra e/ou reassentamento e a forma como foi utilizada pelo PAP (caso o impacto residual resulte de má utilização da compensação atribuída de acordo com a legislação, o PAP não terá direito a medidas de mitigação do impacto residual). Deverá também ser avaliado o atual nível de vulnerabilidade do PAP, devendo dar-se prioridade a benefícios

para PAPs de grupos vulneráveis e desfavorecidos. Deverão ser identificadas tipologias de benefícios que poderão ser proporcionados àqueles que foram considerados elegíveis para assistência, que na medida do possível devem estar associados aos programas de assistência de condições de vida e recuperação de meios de subsistência a serem disponibilizados aos PAPs dos investimentos abrangidos pela CONCESSIONÁRIA.

4.1. A versão preliminar do PG-DOTSR será avaliada pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE e serão divulgadas e discutidas com as partes interessadas e afetadas, conforme previsto no PEPI.

4.2. A versão final do PG-DOTSR deverá ter em consideração as revisões e o resultado das consultas às partes interessadas e afetadas.

5. QUALIFICAÇÕES

5.1. Os integrantes da equipe responsável pela elaboração do PG-DOTSR devem possuir experiência de sua preparação e/ou implementação no Brasil (de preferência no Estado de São Paulo), em conformidade com as diretrizes do PD5.

5.2. Ainda, os integrantes da equipe de elaboração do PG-DOTSR, sejam eles da CONCESSIONÁRIA ou equipe terceirizada, deverá contar com um Gestor de Projeto sênior com graduação e/ou mestrado em ciências sociais, familiaridade com os PADRÕES DE DESEMPENHO, particularmente o PD5, e com os regulamentos e procedimentos nacionais relacionados com a aquisição de terrenos e reassentamento, com o mínimo de 15 anos de experiência e 5 anos de experiência no planejamento e execução da aquisição de terras e da reassentamento.

5.3. A equipe responsável incluirá entre outros, os seguintes peritos sêniores:

- *Sociólogo ou antropólogo* com experiência comprovada em metodologias quantitativas e qualitativas de recolha de informação primária em comunidades e experiência de trabalho com grupos desfavorecidos ou vulneráveis
- *Jurista* com experiência comprovada em questões relacionadas com a posse de terra e direitos humanos
- *Economista* com experiência em avaliação de bens e avaliação contabilística de empresas e negócios informais

- *Arquiteto / Urbanista*
- *Especialista em comunicação* com experiência em técnicas de comunicação e engajamento com comunidades, incluindo com grupos e indivíduos desfavorecidos ou vulneráveis e aplicação de metodologias participativas e de facilitação de negociação
- Especialista de SIG

5.4. O censo, inquéritos e inventário de bens afetados deverão ser realizados por profissionais com experiência anterior comprovado em trabalhos similares.

PARTE II – DIRETRIZES PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

1. DIRETRIZES GERAIS

- 1.1. Em vista da abrangência do NOVO CENTRO ADMINISTRATIVO, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e implementar Plano de Engajamento com Partes Interessadas (PEPI), visando assegurar ao longo da vigência da CONCESSÃO a divulgação de informação relevante sobre a CONCESSÃO a partes interessadas e afetadas e o seu engajamento durante todo o ciclo do Projeto.
- 1.2. O PEPI irá descrever a estratégia e os meios para envolver sistematicamente as partes interessadas no ciclo de vida da CONCESSÃO, abrangendo indivíduos ou grupos que: (a) direta ou indiretamente afetados pela CONCESSÃO (pessoas afetadas pelo projeto); e (b) podem ter interesses no projeto e/ou capacidade de influenciar seu resultado, positiva ou negativamente (outras partes interessadas).
- 1.3. As partes interessadas incluem as comunidades afetadas direta, indiretamente ou de maneira cumulativa (incluindo indivíduos e grupos vulneráveis, instituições de saúde, igrejas, políticos eleitos locais, serviços e negócios locais, ONGs e grupos comunitários, bem como meios de comunicação).

2. OBJETIVOS DO PEPI

- 2.1. Promover e facilitar o envolvimento inclusivo durante toda a vida do projeto, através da criação e estabelecimento de mecanismos que permitam a participação ativa das partes interessadas em vários estágios.
- 2.2. Enfatizar a transparência, garantindo que as informações relevantes da CONCESSÃO sejam divulgadas de maneira oportuna, compreensível e acessível, em formato adaptado às diferentes categorias de partes interessadas e afetadas e às suas necessidades especiais.
- 2.3. Avaliar o nível de interesse e apoio das partes interessadas na CONCESSÃO, buscando integrar as perspectivas das partes interessadas em aspectos críticos, como a elaboração do projeto e o desempenho ambiental e social, para processos de tomada de decisão mais informados e equilibrados.

- 2.4. Estabelecer um Mecanismo de Gestão de Reclamações, que estabelece canais de comunicação para a apresentação de reclamações e procedimentos para responder e gerenciar com eficácia as queixas, promovendo uma abordagem proativa e responsiva às preocupações das partes interessadas.

3. ELEMENTOS-CHAVE DO PEPI A SEREM OBSERVADOS PELA CONCESSIONÁRIA

- 3.1. O PEPI será um documento continuamente atualizado pela CONCESSIONÁRIA, abrangendo todas as fases de implementação e operação da CONCESSÃO, de modo a promover processo de consulta e engajamento proativo e precoce, a ser mantido de forma regular, oportuna e culturalmente apropriada.
- 3.2. O PEPI identificará, analisará e priorizará as principais partes interessadas, incluindo receptores socialmente sensíveis, assegurando que as perspectivas de indivíduos/grupos vulneráveis sejam obtidas e os seus interesses tidos em conta em todos os aspectos do planeamento dos projetos, incluindo o planeamento e a execução do reassentamento, observados os termos do CONTRATO DE CONCESSÃO e de seus demais ANEXOS.
- 3.3. O PEPI deve estabelecer estruturas de consulta formais e contínuas e abordagens personalizadas para se envolver com diferentes grupos de partes interessadas.
- 3.4. O processo de consulta deve prestar especial atenção à participação das pessoas identificadas como desfavorecidas ou vulneráveis e assegurar que as perspectivas das mulheres e destes grupos sejam obtidas e os seus interesses tidos em conta em todos os aspetos do planeamento dos projetos, incluindo o planeamento e a execução do reassentamento.
- 3.5. A implementação do PEPI deve incluir a distribuição de informações sobre o andamento e o progresso da CONCESSÃO durante todo o seu ciclo de vida. Essa divulgação de informações deve ser regular, oportuna e culturalmente apropriada.

4. DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA A ELABORAÇÃO DO PEPI

- 4.1. Preliminarmente à elaboração do PEPI, deverá ser realizada a coleta, detalhamento e consolidação de informações primárias relativas a potenciais grupos vulneráveis que podem ter diferentes preocupações e prioridades sobre os impactos da CONCESSÃO, bem

como para as demais partes interessadas, mecanismos de mitigação e benefícios, e que podem exigir formas diferentes ou separadas de engajamento.

4.1.1.A análise e mapeamento das partes interessadas, deverá ser mantida atualizada e incorporada às revisões do PEPI de acordo com o recebimento contínuo de comentários e contribuições de partes interessadas.

4.2. Após a coleta e consolidação das informações, deverá ser elaborado PEPI, contemplando, ao menos, os seguintes aspectos:

4.2.1.Descrição dos requisitos regulatórios e/ou outros requisitos para consulta ou divulgação;

4.2.2.Identificação e priorização dos principais grupos de interessados;

4.2.3.Estratégia e cronograma para compartilhamento de informações e consulta a cada um desses grupos;

4.2.4.Descrição dos recursos e responsabilidades para implementar as atividades propostas; e

4.2.5.Descrição de como as atividades de engajamento serão incorporadas no âmbito da CONCESSÃO, a partir do detalhamento de todas as diretrizes, metas, objetivos, métodos de comunicação, consultas e participação, mecanismos de queixas, cronogramas, recursos, responsabilidades, dentre outras informações necessárias para a consecução do PEPI.

4.3. Como elemento essencial do PEPI, deverá constar mecanismo de queixas, livre, gratuito e de preferência por mais de um tipo de canal, com o qual as partes interessadas poderão apresentar suas queixas e preocupações para avaliação e reparação quando for aplicável, identificando canais de entrada de reclamações, processo de registo, classificação e investigação e níveis de resolução (incluindo o recurso judicial).

4.4. Deverá ser mantido procedimento de manutenção e atualização contínua do banco de dados e de registo de todas as ações de divulgação de informação e engajamento, com todas as categorias de partes interessadas, identificando as estratégias utilizadas e seu alcance.